



MINISTÉRIO DA CULTURA  
SUBSECRETARIA DE ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS CULTURAIS  
SEEC/GSE/GM/MinC

NOTA TÉCNICA Nº 40/2023

**PROCESSO Nº 01400.008903/2023-93**

**1. ASSUNTO**

1.1. **Pedidos de impugnação e solicitação de Esclarecimentos, quanto ao Edital do Pregão Eletrônico nº 11/2023 - MovCEU.**

**2. REFERÊNCIAS**

- 2.1. Solicitação de Impugnação 01 (1518749)
- 2.2. Solicitação de Impugnação 02 (1520953)
- 2.3. Solicitação de Impugnação 03 (1520955)
- 2.4. Solicitação de Impugnação 04 (1520957)
- 2.5. Solicitação de Impugnação 05 (1520958)
- 2.6. Solicitação de Impugnação 06 (1523739)
- 2.7. Pedido de Esclarecimento 01 (1520960)

**3. SUMÁRIO EXECUTIVO**

3.1. Esta Nota Técnica trata de manifestação da área técnica demandante acerca das solicitações de impugnação e pedidos de esclarecimentos relativos ao Pregão Eletrônico nº 11/2023, que tem como objeto a contratação de Pessoa Jurídica para fins de fornecimento de veículo adaptado para ser usado como equipamento cultural móvel (MovCEU).

3.2. Foi feita uma análise para cada solicitação listada no item "REFERÊNCIAS" e apresentada a seguir:

**4. SOLICITAÇÃO DE IMPUGNAÇÃO 01**

4.1. Trata-se de manifestação da empresa "VCS COMERCIO SERVIÇOS E TRANSPORTES EIRELI", recebida tempestivamente na data de 27 de novembro de 2023, por meio da qual argumenta que "*a lei 6.729/79 restringe/delimita a participação de empresas que vendem veículos/caminhões/máquinas novos (zero quilômetro), mas que não sejam fabricantes ou concessionárias, impedindo licitantes revendedoras de participar do Pregão*", e solicita que seja retirada "*a lei 6.729/79, visto que afronta o princípio da competitividade*".

4.2. A referência à Lei nº 6.729/79 consta do Termo de Referência, no item "7 qualificação técnica licitante":

7.1.2 Comprovação do estrito cumprimento da Lei nº 6.729, de 28 de novembro de 1979 (Lei Ferrari) assegurando ser a licitante empresa autorizada a venda de veículo novo/zero quilometro e com a concessão de comercialização fornecida pelo fabricante.

7.1.2.1 A exigência do cumprimento de requisito previsto em lei especial, encontra amparo na Lei 8666 /1993 em seu art.30, inciso IV, tornando claro obediência ao princípio da legalidade. Considerando que existem, conforme informação da FENABRAVE - Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores, 7.300 (sete mil e trezentos) concessionárias em 1.050 cidades

do país, não ocorrendo em quebra da concorrência ou restrição da competitividade, mas busca estritamente a efetividade do MovCEU, uma vez que sua implantação é regionalizada, e a revenda de veículo por não concessionário ou não fabricante (que também se caracteriza como consumidor final), a outro consumidor final, neste caso a administração pública aqui representada pelo Ministério da Cultura, restaria descaracterizado o conceito jurídico de veículo novo.

4.3. Apesar desta área demandante entender pela correta aplicação do dispositivo legal, no caso em epígrafe, tendo em vista se tratar de alegação de natureza jurídica e o que determinam os Incisos II e VII do Art. 11º do Decreto nº 11.336/2023, decidiu-se por encaminhar a solicitação de impugnação para apreciação da CONJUR (1519239), que encaminhou para a AGU (1522093). A AGU se manifestou por meio do DESPACHO n. 00450/2023/DIAQ/SCGP/CGU/AGU (1527782):

1. Aportam os autos nesta Diretoria de Aquisições, assim como também aportaram na Consultoria Jurídica junto à Pasta consulente, sem dúvida jurídica específica, o que nos impede - ao menos neste momento - de realizar pronunciamento que, de fato, auxilie o gestor do Ministério da Cultura no desenlace de eventual imbróglio.
2. Cabe ressaltar que impugnação e pedido de esclarecimento, por si sós, não reclamam manifestação dos órgãos de assessoramento jurídico, sendo necessário que se aponte qual é a dúvida jurídica que está impedindo a Administração de tomar sua decisão.
3. Compulsando o processo, percebe-se inclusive que área técnica demandante ainda não prestou subsídios à área administrativa, cabendo eventual pronunciamento por parte da DIAQ/SCGP após oitiva daquela (caso, repita-se, haja de fato alguma dúvida jurídica no caso concreto)

4.4. Por fim, a CONJUR/MinC se manifestou, por meio do DESPACHO n. 00833/2023/CONJUR-MINC/CGU/AGU (1527789), concordando com a manifestação da AGU e acrescentando que:

Ademais, o controle interno da legalidade realizado por este órgão jurídico não tem o condão de se imiscuir em aspectos relativos à conveniência e à oportunidade da prática dos atos administrativos, que estão reservados à esfera discricionária do administrador público legalmente competente, tampouco examinar questões de natureza eminentemente técnica, administrativa e/ou financeira.

No caso em tela verifica-se a impugnação quanto à aplicação ao certame da Lei nº 6.729/79 (Lei Ferrari), que dispõe sobre a concessão comercial entre produtores e distribuidores de veículos automotores de via terrestre - decisão do gestor público de prever referido requisito de habilitação técnica no edital. Assim, compete ao gestor público decidir, justificadamente, pela previsão e necessidade deste requisito no edital.

Do mesmo modo a impugnação quanto às microempresas ou empresas de pequeno porte, isto é, cabe à área técnica averiguar se o porte das referidas empresas alcançam ou não o objetivo almejado em âmbito nacional - não se tratando, salvo melhor juízo, de uma dúvida jurídica propriamente.

4.5. De início, cumpre esclarecer que, conforme Art 2º III, da Lei nº 8.112/90 cabe ao servidor "*observar as normas legais e regulamentares*", não havendo a previsão de escolha de qual legislação cumprir e qual deixar de observar, sendo todas objeto de cumprimento. Dito isso, não se vislumbra, de antemão, a possibilidade de escolha pela abstenção da observação do pressuposto legal.

4.6. A exigência do cumprimento de requisito previsto em lei especial, encontra amparo na Lei 8666 /1993 em seu art.30, inciso IV, tornando claro obediência ao princípio da legalidade.

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

III - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

**IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.**

4.7. Além disso, em ações acerca do tema, há exemplos de entendimentos, normativos, decisões e jurisprudências em direção à necessidade de obediência à Lei nº 6.729/79, conforme descrito a seguir:

4.8. Exemplo de decisão 01: Estado de Santa Catarina - Município de Saudades - Pregão nº 150/2023. SEI 25000.041715/2023-48

Comunicamos que aceitamos a impugnação do item 18.1 do Edital quanto ao prazo de entrega e a solicitação de proibição de empresas sem a concessão de comercialização fornecida pelo fabricante (Lei 6.729/1979) e Deliberação 64/2008 do CONTRAN.

4.9. Exemplo de decisão 02: Estado do Paraná -Município de Diamante do Sul:

Quanto a alegação da empresa de que o instrumento convocatório requer um veículo zero quilômetro com o primeiro emplacamento e em nome da administração, e para que isso possa ocorrer dentro da legalidade seria necessário que o edital trouxesse em suas cláusulas a exigência de atendimento ao fornecimento de veículo novo aneas or fabricante ou concessionário credenciado, de fato pode ferir o princípio da legalidade do procedimento licitatório, isso porque , revenda não detentoras de concessão comercial das produtoras não podem realizar o primeiro emplacamento, o qual s pode ocorrer pela aquisição do veículo junto ao fabricante ou junto ao concessionário. Portanto assiste razão a empresa impugnante.

4.10. Exemplo de decisão 03: Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso:

O entendimento do Tribunal de contas do Estado do Mato Grosso no Processo nº 233544/2016, a Lei Ferrari, a deliberação do CONTRAN nº 64/2008 e a Portaria nº 525/2019 do DETRAN, no sentido de que a venda de veículo automotor novo (zero quilômetro) deverá ser realizada somente pelo fabricante ou pelo concessionário (revendedor autorizado pela fábrica) diretamente ao consumidor final.

4.11. Exemplo de decisão 04 : [Acórdão 1630/2017-TCU-Plenário](#) - Tribunal de Contas da União.

37. Diante dos esclarecimentos encaminhados pelo Contran, e resgatando a análise efetuada na instrução anterior (peça 30), replicada nos itens 9-21 desta instrução, resta elucidada o cerne da questão, qual seja, saber se há necessidade de emplacamento por parte dos revendedores independentes. De acordo com o Contran, os veículos, objetos do certame, deverão ser emplacados e registrados pela revenda não autorizada junto ao órgão executivo de trânsito.

38. Dessa forma, os argumentos apresentados pelo Senac/SP possuem razoabilidade, no que concerne à impossibilidade de revenda não autorizada de veículos novos, pela prevalência da Lei 6.729/1979 (Lei Ferrari), posto que, segundo seus art. 1º e 2º, veículos novos somente podem ser comercializados pelo produtor (fabricante) ou por concessionário (distribuidor).

39.. Também se deve considerar consonante com a lei, pois devidamente ratificado pelo Contran, que as empresas comerciantes de veículos ficariam caracterizadas como consumidores finais, uma vez que, por não serem concessionárias autorizadas, nem fabricantes, seriam obrigadas a registrar, licenciar e emplacar os veículos obtidos de fábricas/concessionárias autorizadas.

40. Diante disso, de acordo com a Lei Ferrari, uma concessionária não autorizada, se eventualmente vencedora do certame em análise, estaria revendendo veículos seminovos, ou “de segundo dono”, mesmo que “zero quilômetro” ao Senac/SP, o que, definitivamente, não é o objeto buscado pela Concorrência 11.211/2017.

41. Por fim, procede o argumento apresentado pela entidade, que o primeiro emplacamento somente pode se dar quando da aquisição de veículo junto ao fabricante ou lojas de revenda formalmente credenciadas pelos fabricantes, e que situações diferentes dessas implicam, necessariamente, em dizer que o emplacamento já não será de um veículo novo, mas seminovo. Nesse sentido, apontam os entendimentos apresentados como exemplos, da Comissão de Licitação do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região (peça 19, p. 10-11), e o edital de pregão eletrônico 35/2016, do Tribunal Regional Federal da 5ª região - TRF5 (peça 27, p. 7).

42. Ante todo o apresentado, observa-se que os argumentos da jurisdicionada podem ser acolhidos e a ocorrência resta afastada. Dessa forma, propõe-se a revogação da cautelar concedida.

43. Cumpre ressaltar que uma vez esclarecida a questão, entende-se escusada a diligência à empresa vencedora do certame, consoante determinação do Ministro Relator.

4.12. Manifestação do CONTRAN: Por meio do Ofício nº 2.134/2017, de 05/07/2017, o CONTRAN informa que:

a) nos casos em que há aquisição de veículo “zero quilômetro” é necessário o emplacamento do veículo por parte da revenda não autorizada (em seu nome, com posterior transferência) ou o veículo terá seu primeiro registro nos órgãos de trânsito em nome da Administração Pública?

Resposta: O veículo deverá ser registrado em nome da pessoa jurídica que consta da nota fiscal emitida pela fabricante/concessionária do veículo. Assim, esclarecemos que o veículo deverá ser emplacado e registrado pela revenda não autorizada junto ao órgão executivo de trânsito.

b) o veículo “zero quilômetro” adquirido de revenda não autorizada poderia ser considerado como “de segundo dono”? Resposta: Sim.

c) caso haja registro em nome da revenda não autorizada, o veículo deixa de ser “zero quilômetro” ou “novo”, apenas em razão do registro? Resposta: O simples fato de o veículo ser registrado em nome da revendedora não retira a característica de veículo “zero quilômetro”. Todavia, a partir do momento em que o veículo sai da fabricante/concessionária (ou revenda autorizada) deixa de ser um veículo novo.

#### 4.13. Portaria nº 525/2019/Detran-MT:

O PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN/MT, no uso de suas atribuições legais, e Considerando o disposto nos artigos 120, 121 e 125 da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro; Considerando que a venda de veículo automotor novo (zero quilômetro) deverá ser realizada somente pelo fabricante ou pelo concessionário (revendedor autorizado pela fábrica) diretamente ao consumidor final, resolve:

Art. 1º Estabelecer que somente será considerada como nota fiscal válida, para fins de registro/emplacamento de veículo, as notas fiscais faturadas por pessoa jurídica com CNPJ idêntico ao CNPJ informado pelo fabricante na Base de Índice Nacional - BIN, correspondente ao campo “CNPJ de Faturamento”.

§1º A variação de CNPJ entre a pessoa jurídica responsável pela emissão da nota fiscal e o CNPJ indicado na BIN somente será aceita para os casos de variação entre CNPJ da matriz e CNPJ da filial.

4.14. Conforme manifestações feitas pelos órgãos de Trânsito, a compra de um veículo de uma empresa não autorizada pelo fabricante, descaracteriza a condição de veículo novo, condição em que as garantias sejam oferecidas pelo fabricante ao comprador original. Entretanto, nesse, caso o comprador original não seria a administração pública, mas terceiro, e a administração seria o “segundo dono”, donde se conclui que restariam prejudicadas as garantias.

4.15. Em continuidade a análise, esclarece-se que se trata de uma compra nacional, onde cada partícipe assinará o contrato diretamente com a empresa vencedora do certame. Dentre os partícipes, destacamos o município de Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, que deverá cumprir o que estabelece a Portaria nº 525/2019/Detran-MT:

*“Considerando que a venda de veículo automotor novo (zero quilômetro) deverá ser realizada somente pelo fabricante ou pelo concessionário (revendedor autorizado pela fábrica) diretamente ao consumidor final, resolve: Art. 1º Estabelecer que somente será considerada como nota fiscal válida, para fins de registro/emplacamento de veículo, as notas fiscais faturadas por pessoa jurídica com CNPJ idêntico ao CNPJ informado pelo fabricante na Base de Índice Nacional - BIN, correspondente ao campo “CNPJ de Faturamento”.*

4.16. Condição essa que não poderá ser atendida por empresa que não se enquadre na exigência da referida portaria, de que seja fabricante ou pelo concessionário (revendedor autorizado pela fábrica).

4.17. Além disso, a aquisição do MovCEU não trata da simples aquisição de um veículo de modelo comercial corrente. Deve-se atentar para o fato de que o MovCEU inclui uma adaptação substancial do veículo, acrescentando-se uma estrutura robusta no seu salão traseiro contendo, inclusive, uma biblioteca com livros (alta carga concentrada) o que requer extremo cuidado à execução do seu projeto e garantia de que a transformação não compromete a estabilidade e segurança do veículo. Para isso, preocupou-se em exigir, por exemplo, no item 10.3 do Termo de Referência “10.3 Apresentar certificado de Garantia expedido comprovando que a transformação é devidamente homologada pela Engenharia da Montadora, não alterando a garantia do veículo solicitada no descritivo, conforme modelo sugerido no Apêndice IV.”, o que uma empresa não autorizada por nenhuma montadora não poderá atender.

4.18. Trata-se, ainda, de uma aquisição por Registro de Preços, assim, uma empresa de revenda veicular teria a necessidade de comprar da fabricante e revender à administração pública mantendo o

mesmo preço durante a vigência da Ata, o que seria um grande risco para a plena execução do contrato e podendo ocasionar impacto direto à execução do Programa Territórios da Cultura.

4.19. Por fim, ao se aplicar a Lei nº 6.729/79, buscamos não somente cumprir a legislação vigente, uma vez que está previsto na Lei 8666/93 Art. 30, IV a "*prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial*", mas também a efetividade na compra, tendo em vista que o MovCEU possui especificações e equipamentos ímpares ao mercado de venda de automóveis, desenvolvimento e execução de projeto inédito, com necessidade de garantias estruturais, de estabilidade e segurança e efetividade de entregas em todo território nacional, dentro dos prazos estabelecidos na contratação. Ademais, considerando que existem, conforme informação da FENABRAVE - Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores, 7.300 (sete mil e trezentos) concessionárias em 1.050 cidades do país, não ocorre quebra da concorrência ou restrição da competitividade, mas busca estritamente à efetividade da contratação do MovCEU.

4.20. Ante os motivos expostos, depois da análise das pretensões aludidas pela impugnante, conclui-se que o Termo de Referência está em conformidade com a jurisprudência, necessidades da administração e especificidade técnica do objeto.

## 5. SOLICITAÇÃO DE IMPUGNAÇÃO 02

5.1. Trata-se de manifestação da empresa "RENAULT DO BRASIL S.A", recebida tempestivamente na data de 28 de novembro de 2023, por meio da qual apresenta pedido de esclarecimento e impugnação ao edital, nos seguintes termos:

5.2. Sobre a **dotação orçamentária**, o impugnante solicita esclarecimento acerca da dotação orçamentária, uma vez que o mesmo consta de modo impreciso no edital, se a verba será municipal, estadual ou federal e, sendo de emendas parlamentares, a comprovação que será destinada, sendo esta impositiva.

5.3. De início, cabe esclarecer que, conforme Orientação Normativa AGU nº20, de 1º de abril de 2009, "*Na Licitação para Registro de Preços, a indicação da dotação orçamentária é exigível apenas antes da assinatura do contrato*", não sendo imprescindível para o bom andamento do sistema de registro de preços a sua indicação antecipada.

5.4. Outrossim, é publica a Portaria nº 70/2023 (1443556), que estabelece que:

Art. 1º Fica instituído o primeiro processo de seleção de propostas para a aquisição do MovCEU, doravante denominado Seleção MovCEU-2023, conforme orientações apresentadas nesta Portaria, a serem apoiadas com recursos do **Orçamento Geral da União e do Fundo Nacional da Cultura**.

---

3.1 **Serão disponibilizadas 30 (trinta) unidades MovCEUs.**

5.5. Os entes responsáveis pelas 30 (trinta) propostas selecionadas constam como partícipes desta contratação, listados no item "1 Objeto" do Termo de Referência.

5.6. Em relação ao **valor Máximo do Edital**, o impugnante solicita esclarecimento o valor máximo dos referidos itens. Informamos que foi aplicado regramento previsto no decreto nº 10.024/2019:

Art. 15. O valor estimado ou o valor máximo aceitável para a contratação, se não constar expressamente do edital, possuirá caráter sigiloso e será disponibilizado exclusiva e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

§ 1º O caráter sigiloso do valor estimado ou do valor máximo aceitável para a contratação será fundamentado no [§ 3º do art. 7º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011](#), e no [art. 20 do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012](#).

§ 2º Para fins do disposto no **caput**, o valor estimado ou o valor máximo aceitável para a contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas.

5.7. Sendo assim, o valor máximo aceitável para a contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances.

5.8. Sobre a **cor do Veículo**, o impugnante solicita esclarecimento se há exigência de cor específica para o veículo e qual a cor ou tonalidade para levantamento de custo. Informamos que não há exigência de cor específica para o veículo, uma vez que, de acordo com o Anexo V do Termo de Referência - Identidade Visual (1400553), o veículo terá sua área externa totalmente coberta.

5.9. Da Direção, o impugnante solicitou esclarecimento se serão aceitos veículos com **direção eletro-hidráulica**. Informamos que o item foi adicionado ao Termo de Referência para que possa admitir a apresentação de veículo com direção eletro-hidráulica.

5.10. Acerca da **Largura**, o impugnante solicitou esclarecimento se as medidas de sem retrovisores 2.070mm e com retrovisores 2.470mm informadas atendem as exigências da Administração. Para ficar mais claro, o item foi ajustado para "Largura sem retrovisores: 2.000mm (mínimo)".

5.11. Sobre a **altura**, o impugnante solicitou alteração da medida mínima do veículo para altura de 2.496mm. Tendo em vista que o quesito altura total do veículo, caso não cumprido, não importa em prejuízo ao seu uso como MovCEU, a exigência de altura mínima do veículo foi removida das exigências de contratação.

5.12. Em relação à **Potência**, o impugnante requer alteração para **potência mínima de 170CV para 136cv**. Informamos que esta licitação visa atender a localidades descritas na Portaria nº 71/2023 (1436126):

Art. 2º O MovCEU é um equipamento cultural itinerante para a realização de ações culturais em áreas predominantemente ocupadas por famílias de baixa renda, inseridas em municípios com menos de 20.000 (vinte mil) habitantes, em áreas rurais, ou em áreas urbanas com restrições para construção de equipamentos culturais públicos, garantindo-se o acesso à infraestrutura para formação, fruição e produção cultural.

5.13. Por consequência, a escolha da potência mínima do veículo, levou em consideração dois fatores importantes: a necessidade de atendimento à localidades com pouca infraestrutura viária, áreas rurais, com muitas das estradas sem pavimento e o fato de que o veículo vai transitar todo tempo com a carga adicionada da adaptação mais os equipamentos acrescidos em sua carroceria, inclusive livros. Sendo assim, não é possível reduzir tanto a potência mínima do veículo que atenda a essas condições, sob pena de inviabilizar a chegada do MovCEU às localidades a que se destina.

5.14. Sobre a **Tração**, o impugnante requer-se a alteração do edital para **tração nas rodas dianteiras ou traseiras**. Da mesma forma que no item potência, a tração traseira do veículo é de suma importância para acesso às localidades previstas em portaria. Portanto, não é possível fazer a alteração sob pena de inviabilizar a chegada do MovCEU aos locais a que se destina.

## 6. SOLICITAÇÃO DE IMPUGNAÇÃO 03

6.1. Trata-se de manifestação da empresa "RENAULT DO BRASIL S.A", recebida tempestivamente na data de 28 de novembro de 2023, por meio da qual apresenta pedido de esclarecimento e impugnação ao edital, nos seguintes termos:

6.2. Sobre a **qualificação econômico-financeira**, o impugnante "*Reputa-se como restritiva a Cláusula 9.13.3.1 que trata das regras para habilitação econômico-financeira dos licitantes nos seguintes termos*":

9.13.3.1 As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

6.3. Informa-se que esta SEEC não tem nada a informar sobre a solicitação, por não se tratar de item relativo à documentação produzida pela área demandante, mas de cláusula do Edital.

6.4. O impugnante entendeu como restritivas algumas das dimensões/medidas dos veículos contidas no Apêndice I - Descritivo Técnico MovCEU, sendo eles a Altura mínima do veículo, a largura do vão da porta traseira e a altura do vão da porta lateral

6.5. Acerca da **altura mínima do veículo** consta no apêndice a altura mínima de 2.800mm e o impugnante informa que o veículo disponível para atender a esta licitação possui altura de 2.769mm. *Tendo em vista que o quesito altura total do veículo, caso não cumprido, não importa em prejuízo ao seu uso como MovCEU, a exigência de altura mínima do veículo foi removida das exigências de contratação.*

6.6. O impugnante apresentou questionamento acerca da **largura do vão da porta traseira**, baseando-se no croqui constante do apêndice III do Termo de Referência. Ocorre que a medida apontada pelo impugnante como "vão da porta" se refere à largura livre interna do compartimento adaptado e não ao vão da porta. Além disso, consta nesse apêndice a informação de que *"As dimensões descritas nos croquis podem ser adaptadas às possibilidades do veículo, de forma a serem o mais aproximadas possível ao previsto."* Portanto, não prospera a solicitação.

6.7. Em igual medida, o impugnante questionou a **altura do vão da porta lateral**. Entretanto a cota apontada no questionamento diz respeito a altura da estante de livros móvel, apontada naquele croqui. Além disso, consta nesse apêndice a informação de que *"As dimensões descritas nos croquis podem ser adaptadas às possibilidades do veículo, de forma a serem o mais aproximadas possível ao previsto."* Portanto, não prospera a solicitação.

## 7. SOLICITAÇÃO DE IMPUGNAÇÃO 04

7.1. Trata-se de manifestação da empresa "SQUELCH TELECOMUNICAÇÕES E VEÍCULOS LTDA", recebida tempestivamente na data de 28 de novembro de 2023, por meio da qual argumenta que *"A menção da Lei 6.729/79 (Lei Ferrari)" Restringe e Direciona o certame licitatória diretamente para os Fabricantes, Distribuidoras e aos concessionários de veículos automotores de via terrestre, é incompatível com a livre concorrência e constitui reserva de mercado, prejudicando a competição entre os licitantes, a redução de preços e, eventualmente, a própria administração pública"*.

7.2. Esta solicitação é similar à solicitação de impugnação 01, analisada no item 4 desta Nota Técnica, prevalecendo o mesmo entendimento.

## 8. SOLICITAÇÃO DE IMPUGNAÇÃO 05

8.1. Trata-se de manifestação da empresa "FIAT CHRYSLER AUTOMÓVEIS BRASIL LTDA", recebida tempestivamente na data de 28 de novembro de 2023, por meio da qual argumenta que *"constatou que o referido edital padece de vícios, que caso não sejam afastados, impedirão a participação de potenciais interessados, o que comprometerá diretamente o princípio licitatório da ampla competitividade e prejudicará o próprio ente licitador na obtenção da proposta mais vantajosa, além de macular a validade de todo o procedimento"* e descreve suas observações acerca da altura do objeto, potência, tração traseira, sistema anti-capotamento.

8.2. Sobre a **altura mínima do objeto**, o impugnante solicitou a modificação da altura mínima para 2.522mm, para que o edital atenda ao produto que ela possui. *Tendo em vista que o quesito altura total do veículo, caso não cumprido, não importa em prejuízo ao seu uso como MovCEU, a exigência de altura mínima do veículo foi removida das exigências de contratação.*

8.3. Com relação à **potência do objeto licitado**, o TR indica Potência cv/rpm: 170cv/3500rpm (ou mais), e o impugnante solicita que a especificação seja alterada para Potência cv/rpm: 140cv/3500rpm (ou mais).

8.4. Informamos que esta licitação visa atender a localidades descritas na Portaria nº 71/2023 (1436126):

Art. 2º O MovCEU é um equipamento cultural itinerante para a realização de ações culturais em áreas predominantemente ocupadas por famílias de baixa renda, inseridas em municípios com menos de 20.000 (vinte mil) habitantes, em áreas rurais, ou em áreas urbanas com restrições para construção de equipamentos culturais públicos, garantindo-se o acesso à infraestrutura para formação, fruição e produção cultural.

8.5. Por consequência, a escolha da potência mínima do veículo, levou em consideração dois fatores importantes: a necessidade de atendimento à localidades com pouca infraestrutura viária, áreas rurais, com muitas das estradas sem pavimento e o fato de que o veículo vai transitar todo tempo com a carga adicionada da adaptação mais os equipamentos acrescidos em sua carroceria, inclusive livros. Sendo assim, não é possível reduzir tanto a potência mínima do veículo que atenda a essas condições, sob pena de inviabilizar a chegada do MovCEU às localidades a que se destina.

8.6. No que tange a tração do objeto lícitado, o Edital indica "tração traseira" e o impugnante solicita alteração para "tração dianteira ou traseira". Da mesma forma que no item potência, a tração traseira do veículo é de suma importância para acesso às localidades previstas em portaria. Portanto, não é possível fazer a alteração sob pena de inviabilizar a chegada do MovCEU aos locais a que se destina.

8.7. No que se refere ao sistema anti-capotamento do objeto lícitado, o TR do Edital, indica "Controle eletrônico anti-capotamento" e o impugnante solicita alteração para "Controle adaptativo de carga, corretor de frenagem e controle anti derrapagem".

8.8. Em atendimento à solicitação, o texto foi alterado para "*Controle eletrônico anti-capotamento (ou similar)*".

## 9. SOLICITAÇÃO DE IMPUGNAÇÃO 06

9.1. Trata-se de manifestação da empresa "MABELÊ VEÍCULOS ESPECIAIS LTDA", recebida tempestivamente na data de 29 de novembro de 2023, por meio da qual:

9.2. Se opõe ao item do edital "9.14.1.3. *Comprovação do estrito cumprimento da Lei nº 6.729/79(Lei Ferrari), assegurando ser a licitante empresa autorizada a venda de veículo novo/zero quilometro e com a concessão de comercialização fornecida pelo fabricante*" por entender que limita o universo de competidores e viola o princípio da competitividade.

9.3. Esta solicitação é similar à solicitação de impugnação 01, analisada no item 4 desta Nota Técnica, prevalecendo o mesmo entendimento.

9.4. Acerca da Performance, alega restrição da competitividade na exigência de Potência 170cv/3500rpm (ou mais), declarando que apenas uma empresa teria a capacidade de atendimento "*implicando clara preferência por marca e alijamento da oferta de veículos manufaturados por outros fabricantes*". Entretanto essa afirmação não é verdadeira, uma vez que:

a) A exigência se justifica pela necessidade de atendimento às localidades descritas na Portaria nº 71/2023 (1436126).

Art. 2º O MovCEU é um equipamento cultural itinerante para a realização de ações culturais em áreas predominantemente ocupadas por famílias de baixa renda, inseridas em municípios com menos de 20.000 (vinte mil) habitantes, em áreas rurais, ou em áreas urbanas com restrições para construção de equipamentos culturais públicos, garantindo-se o acesso à infraestrutura para formação, fruição e produção cultural.

b) Existem outros modelos, além da empresa a respeito da qual o impugnante alegou preferência, por exemplo, os modelos Ford L2H3 (170CV/3500rpm), Ford L3H3 (170CV/3500rpm) e o modelo Iveco Daily 55-180 (180CV/3500rpm).

c) Nesse mesmo item contem a observação, ocultada pelo impugnante em sua alegação: "*Em caso de veículo elétrico ou híbrido, a performance deve ser equivalente*", deixando evidente a preocupação em ampliação da participação, inclusive por empresas de veículos elétricos e híbridos.

9.5. Sendo assim, não prospera a alegação acerca da potência do veículo determinada em edital.

## 10. PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS 01

10.1. Trata-se de manifestação da empresa "ON-HIGHWAY BRASIL LTDA", recebida tempestivamente na data de 28 de novembro de 2023, por meio da qual solicita esclarecimentos acerca da altura do veículo, largura do veículo, performance e gabinete/carroceria.

10.2. Sobre a **altura do veículo**, a empresa solicita que *"seja esclarecido se a altura informada como mínima trata-se de um erro de digitação e que, portanto, deve ser considerado como máximo"*. Tendo em vista que o quesito altura total do veículo, caso não cumprido, não importa em prejuízo ao seu uso como MovCEU, a exigência de altura mínima do veículo foi removida das exigências de contratação.

10.3. Com relação à **largura do veículo**, *"requer-se esclarecimento se esta medida considera ou não o retrovisor"*, informamos que a largura inclui o retrovisor.

10.4. No que tange a **potência**, a empresa solicita:

Solicitamos revisão da potência para inclusão da Potência de 160cv/3500rpm (ou mais). Entendemos que este ajuste representa uma diferença de apenas 6% comparado ao solicitado em edital, ainda assim, esclarecemos que o veículo que será oferecido para este certame tem 38Kgfm de torque oferecendo desempenho acima do solicitado inicialmente no referido instrumento – 20Kgfm. Ressaltamos ainda que este ajuste não trás deméritos ao desempenho e funcionamento do veículo.

10.5. Tendo em vista a argumentação de que a diferença de potência, nesse caso, representa apenas 6% e que o veículo que será oferecido para este certame tem 38Kgfm de torque oferecendo desempenho acima do solicitado inicialmente no referido instrumento (20Kgfm), e que seu ajuste aumentaria a competitividade do certame sem prejuízo à funcionalidade do objeto, acatamos a solicitação e ajustamos o Termo de Referência.

10.5.1. Acerca do **número de passageiros na cabine**, a empresa solicita *"esclarecimento quanto a capacidade de ocupantes na cabine. Se será 1+1 (1 motorista e 1 passageiro) ou 1+2 (1 motorista e 2 passageiros)"*. Informamos que a capacidade é, no mínimo, um motorista e um passageiro.

## 11. CONCLUSÃO

11.1. Após a análise das solicitações de impugnação e pedido de esclarecimento, foram feitas os seguintes ajustes no Apêndice I (1527191), pela área demandante:

- a) Retiradas a exigências de altura mínima do veículo;
- b) Acrescida a possibilidade de veículo com direção eletro-hidráulica;
- c) Substituição do termo "Controle eletrônico anti-capotamento" pelos itens: Controle adaptativo de carga, corretor de frenagem e controle anti derrapagem;
- d) Ajustado o item "Largura: 2.200mm (mínimo)" para "Largura sem retrovisores: 2.000mm (mínimo)"
- e) Ajustado o item "Potência cv/rpm: 170cv/3500rpm (ou mais)" para "Potência cv/rpm: 160cv/3500rpm (ou mais)";

## 12. ENCAMINHAMENTO

12.1. Sugere-se o encaminhamento dessa Nota Técnica para a CGLC, para e ciência da resposta continuidade da Contratação.

**FLAVIA RIBEIRO CAVALCANTI**

*Chefe de Divisão*

Subsecretaria de Espaços e Equipamentos Culturais  
Secretaria-Executiva  
Ministério da Cultura

**KLEBER ROCHA QUEIROZ***Coordenador de Projeto e Convênios*

Subsecretaria de Espaços e Equipamentos Culturais  
Secretaria-Executiva  
Ministério da Cultura

**IZABEL TORRES CORDEIRO***Coordenadora-Geral de Desenvolvimento de Projetos*

Subsecretaria de Espaços e Equipamentos Culturais  
Secretaria-Executiva  
Ministério da Cultura

Aprovo a Nota Técnica. Encaminhe-se à CGLC para conhecimento e avaliação das medidas necessárias.

**CECÍLIA GOMES DE SÁ**

Subsecretária de Espaços e Equipamentos Culturais  
Secretaria-Executiva  
Ministério da Cultura



Documento assinado eletronicamente por **Flavia Ribeiro Cavalcanti, Chefe de Divisão**, em 04/12/2023, às 21:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 30, inciso II, da Portaria nº 26/2016, de 01/04/2016, do Ministério da Cultura, Publicada no Diário Oficial da União de 04/04/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Kleber Rocha Queiroz, Coordenador(a)**, em 04/12/2023, às 22:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 30, inciso II, da Portaria nº 26/2016, de 01/04/2016, do Ministério da Cultura, Publicada no Diário Oficial da União de 04/04/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Izabel Torres Cordeiro, Coordenador (a) Geral**, em 05/12/2023, às 09:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 30, inciso II, da Portaria nº 26/2016, de 01/04/2016, do Ministério da Cultura, Publicada no Diário Oficial da União de 04/04/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Cecília Gomes de Sá, Subsecretária de Espaços e Equipamentos Culturais**, em 05/12/2023, às 14:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 30, inciso II, da Portaria nº 26/2016, de 01/04/2016, do Ministério da Cultura, Publicada no Diário Oficial da União de 04/04/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.cultura.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.cultura.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1522252** e o código CRC **123D6FF5**.